

**ATIVOS TERRITORIAIS E DESENVOLVIMENTO: ESTUDO DA
ARTICULAÇÃO PELA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DA ERVA-MATE NO POLO
ERVATEIRO ALTO TAQUARI- RS**

**ASSETS AND TERRITORIAL DEVELOPMENT: ARTICULATION STUDY
BY GEOGRAPHICAL INDICATION THE MATE IN POLO ERVATEIRO
ALTO TAQUARI - RS**

**ACTIVOS Y DESARROLLO TERRITORIAL: ESTUDIO CONJUNTO DE
INDICACIÓN GEOGRÁFICA DE HIERBA-MATE EN POLO ERVATEIRO
ALTO TAQUARI - RS**

Recebido em: 13/08/2016

Aprovado em: 01/12/2016

Avaliado pelo sistema double blind review

Editoria Científica: Carolina Freddo Fleck

Leticia Andrea Chechi – UFRGS (leticia.chechi@ufrgs.br)

Glauco Schultz - UFRGS

Edna Maria de Oliveira Ferronato - MAPA

Juliana Montagner – AA Erva-Mate

Resumo

A Indicação Geográfica (IG) é uma maneira de reconhecer a qualidade e notoriedade de um produto ou serviço oferecido em uma região específica. Esse reconhecimento considera questões ambientais específicas, bem como o histórico e cultura das pessoas deste local e o “saber fazer”. Atreladas a esta discussão estão as temáticas de território, identidade, ativos e desenvolvimento territorial. Este trabalho tem como objetivo discutir a inter-relação entre territórios simbólico-cultural e funcional, propostos por Hasbaert, no contexto da articulação pela Indicação Geográfica (IG) da erva-mate no polo ervateiro do Alto Taquari – RS e a problematização desse processo. Para que fosse cumprido o objetivo proposto, realizou-se estudo qualitativo de natureza exploratória e documental, através de revisão bibliográfica dos principais autores que discutem o tema, utilizando-se de técnicas observação e de entrevistas com informantes qualificados envolvidos no processo de implantação da IG na região. Observa-se que o processo de indicação geográfica no Alto Taquari é recente e incipiente, passando por um processo de amadurecimento. Constatou-se que no Alto Taquari dois territórios coexistem, o território simbólico-cultural e o território funcional. Entretanto são necessários estudos posteriores com maior detalhamento para reforçarem a validação dessa pressuposição inicial.

Palavras-chave: indicação geográfica; território; erva-mate.

ABSTRACT

The Geographical Indication (GI) is a way to recognize the quality and reputation of a product or service offered in a specific region. This recognition considers specific environmental issues as well as the history and culture of the people of this place and the "know-how". Linked to this discussion are the issues of territory, identity, assets and territorial development.

This work aims to discuss the interrelationship between symbolic-cultural and functional areas proposed by Hasbaert in the context of the joint by the Geographical Indication (GI) of yerba mate in ervateiro Polo Alto Taquari - RS and the questioning of this process.

To fulfill the proposed objective was realized a qualitative study of exploratory and documental nature, based on a review of the main authors who discuss the subject, using techniques observation and interviews with qualified informants involved in the IG implementation process in region. It is observed that the geographical indication process in Alto Taquari is recent and incipient, through a maturing process. It was found that in Alto Taquari two territories coexist, the symbolic-cultural territory and the functional territory. However further studies are needed in greater detail would reinforce the validation of this initial presupposition.

Key words: *geographical indication; territory; mate.*

Resumen

La Indicación Geográfica (IG) es una forma de reconocer la calidad y la reputación de un producto o servicio que se ofrece en una región específica. Este reconocimiento considera temas ambientales específicos, así como la historia y la cultura de la gente de este lugar y el "know-how". Acoplados a esta discusión son los temas de territorio, la identidad, los activos y el desarrollo territorial. Este trabajo tiene como objetivo discutir la interrelación entre las áreas-simbólicos culturales y funcionales propuestas por Hasbaert en el contexto de la articulación por la Indicación Geográfica (IG) de la yerba mate en ervateiro Polo Alto Tacuarí - RS y el cuestionamiento de este proceso. Para cumplir con el objetivo propuesto se realizó estudio cualitativo de carácter exploratorio y documental, basado en una revisión de los principales autores que tratan sobre el tema, utilizando técnicas de observación y entrevistas a informantes calificados que participan en el proceso de implementación de IG región. Se observa que el proceso de indicación geográfica en Alto Tacuarí es reciente e incipiente, a través de un proceso de maduración. Se encontró que en Alto Tacuarí coexisten dos territorios, el territorio simbólico-cultural y el territorio funcional. Sin embargo se necesitan más estudios con mayor detalle reforzaría la validación de esta suposición inicial.

Palabras clave: *indicación geográfica ; territorio; yerba mate;*

1. INTRODUÇÃO

A abordagem territorial do desenvolvimento tem sido amplamente discutida na atualidade no Brasil, quando questões relacionadas à identidade e o território dos atores ganham espaço. As potencialidades locais, atreladas às características históricas e ao conhecimento acumulado dos atores locais, são exploradas em busca de maior

valorização, como na busca por uma Indicação Geográfica (IG) na modalidade Indicação de Procedência (IP) e Denominação de Origem (DO).

A mobilização de uma região em busca da indicação geográfica pode ser entendida ainda como uma estratégia de diferenciação de produto e segmentação de mercado, conceitos que já foram estudados de maneira conjunta na década de 50 por Smith (1956). Para este autor a diferenciação consiste em uma tentativa de alteração da curva da demanda para ajuste da oferta de mercado de um fornecedor individual. Já a segmentação é a visualização de demandas divergentes, preferências diferenciadas, possibilitando uma série de pequenos mercados homogêneos. Para Dickson e Ginter (1987), a diferenciação trata-se da percepção do consumidor acerca de um produto, seja por características tangíveis ou não, incluindo o preço. Ainda de acordo com os autores a diferenciação não é dependente da segmentação, todavia, a segmentação depende da existência da diferenciação.

Atrelando as discussões de diferenciação e segmentação aos propósitos de uma indicação geográfica, observa-se que a diferenciação do produto é colocada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Brasil como um dos objetivos da IG no País, pois além de atribuir reputação, valor intrínseco e identidade própria ao produto, possibilita distinguir o mesmo em relação aos seus similares disponíveis no mercado. Nesse sentido a busca por uma IG de um produto regional, como a erva-mate, pode ser entendida como uma estratégia de vantagem competitiva no mercado (PORTER, 1990).

A partir desta apresentação inicial podem surgir alguns questionamentos, pois a IG considera produtos de qualidade única em função de características regionais como solo, vegetação, clima e o saber fazer (*know-how*), envolvendo as pessoas e suas identidades. Assim, a estratégia de vantagem competitiva de diferenciação tem significativa importância no processo de implantação de uma IG. Dessa forma, quais são as implicações, para uma região e para as pessoas que nela residem, da apropriação coletiva dos valores, cultura e história de um território como um processo econômico de diferenciação de produto, voltados para o mercado? Poderia ocorrer uma sobreposição de um território que considere a identidade e cultura regional com outro mais direcionado aos aspectos produtivos e relações econômicas desta região?

Para abranger a diversidade e especificidades de territórios existentes, o geógrafo Rogério Haesbaert propôs uma tipologia considerando território simbólico-cultural e território funcional. Para esse autor o território não se desvincula da questão espacial, mas é dotado de uma carga cultural que dá sentido a existência do mesmo, seja referente ao estabelecimento de relações de poder ou num sentido mais simbólico (HAESBAERT, 2004; 2007).

A identidade está fortemente vinculada ao território, pois é a expressão de particularidades de um coletivo que pertence a um espaço na essência que compõe o território. A identidade caracteriza o território, e além disso, orienta as estratégias de desenvolvimento local. Assim, um território que apresenta características particulares e identidade marcante pode levar a formação de aglomerações produtivas, onde um produto e/ou serviço, sendo uma potencialidade local, recebe incentivos e políticas diferenciadas que visam o desenvolvimento de base territorial (PERICO, 2009).

Para Pecqueur (2005) a apropriação desses recursos específicos, potencialidades de um local, é um desafio, em que ressalta-se a importância dos atores e da política. CHECHI, Leticia Andrea et al. ATIVOS TERRITORIAIS E DESENVOLVIMENTO: ESTUDO DA ARTICULAÇÃO PELA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DA ERVA-MATE NO POLO ERVATEIRO ALTO TAQUARI- RS. Revista Estratégia e Desenvolvimento, Santana do Livramento, v. 1, n. 1, p.16-34, jan. 2017. Semestral.

local, principalmente na constituição e na gestão dos recursos que estão presentes no território. As indicações geográficas são resultado de potencialidades locais, articulação de atores e políticas de desenvolvimento territorial.

O objetivo do estudo é fazer uma discussão sobre a inter-relação entre territórios simbólico-cultural e funcional propostos por Hasbaert, considerando os conceitos de território e identidade, ativos e desenvolvimento territorial no exemplo da articulação em busca da indicação geográfica da erva-mate no polo do Alto Taquari. O trabalho apresenta, após esta introdução, uma revisão bibliográfica sobre identidade, território, ativos e desenvolvimento territorial, seguido pelos procedimentos metodológicos de realização do estudo. Na seção subsequente apresentam-se os resultados e discussão, as conclusões e referências bibliográficas utilizadas.

2. UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE TERRITÓRIO E IDENTIDADE

Quando o assunto é território surgem concepções dos diversos estudos que já foram desenvolvidos acerca deste tema. O surgimento do conceito de território ocorre com as formulações de Friedrich Ratzel, no contexto histórico da unificação alemã. A definição de território desenvolvida por Ratzel, na época, era de uma parcela da superfície terrestre apropriada por um grupo humano. A coletividade deste grupo necessitaria de um território, um espaço vital, com recursos naturais suficientes para suprir suas demandas, o que seria um elemento fundamental no processo de desenvolvimento. Dessa forma, o conceito de território ratzeliano tem por referencial o Estado (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004; SILVA FERREIRA, 2014). A contraposição a esta definição surge com os trabalhos do francês Paul Vidal de La Blache que tinha a noção de região como contraponto ao de território.

Na década de 1980 há uma “redescoberta” do conceito de território, expressão utilizada por Saquet (2010). A discussão considera a noção de dinamismo, contradições, relações de poder, identidades, redes de circulação e comunicação, entre outras. É uma nova concepção de território, de “múltiplos territórios” ou “*multiterritorialidade*” como foi denominado por Haesbaert (2004; 2007; 2008; 2009), sendo colocada a diversidade territorial ao lado de tipos territoriais distintos e complexos. Ainda, sendo o território e as relações algo dinâmico, os conceitos devem ser revistos com o passar do tempo, em suas múltiplas dimensões (SILVA FERREIRA, 2014).

Raffestin considera uma concepção múltipla de território, e mesmo desenvolvendo uma análise mais econômica e política do território, reconhece a complementaridade entre as dimensões da economia, política e cultura, sendo o espaço a base para a formulação do território. Embasado em Michel Foucault, Raffestin aborda que o poder não se adquire, mas se exerce em diversos pontos juntamente com outros tipos de relações, como econômicas e sociais, e não externas a estas. A conclusão do autor é que, se o poder está em toda relação e se o espaço é anterior ao território, “o espaço é a prisão original, e o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 144; SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004). Um dos aspectos relevantes da abordagem de Raffestin é a sua pluralidade, onde o território pode ser analisado a partir das relações de poder, mas também como campo de ligações efetivas entre um grupo social com seu espaço (SOUZA; PEDON, 2007).

Já de acordo com Saquet (2009) o território é o produto de ações históricas que se concretizam em momentos distintos, gerando diferentes paisagens, sendo então fruto da dinâmica socioespacial. O homem age neste território, no espaço de seu habitar, para produzir e viver. Neste sentido, este autor considera que o território pode ser entendido como uma forma de apropriação social do ambiente. O território não está desvinculado da posse da terra, mas passa a ser concebido e dotado de uma “carga cultural”, o que diz respeito tanto ao poder num sentido mais concreto, de dominação, quanto de apropriação, num sentido mais simbólico. A apropriação passa a não ser mais compreendida sem o seu território, que é base da sua história, cultura e sustentação (HAESBAERT, 2004; 2007).

Como os territórios podem ser entendidos de várias formas, existem algumas tentativas de tipologias de territórios, e neste sentido, os trabalhos desenvolvidos pelo geógrafo Rogério Haesbaert (1997, 2002 e 2004) são os mais abrangentes, apresentando um quadro razoavelmente extenso sobre territórios. Ele considera três vertentes principais para perceber territórios: a política ou jurídico-política, em que o território é visto como espaço controlado por determinado poder, podendo ser o poder institucional do Estado; a cultural ou simbólico-cultural, onde o território é visto como um produto da apropriação simbólica de uma coletividade; e a econômica, onde desenvolvem-se relações econômicas, sendo o território fonte de recursos.

Sendo dinâmicos, Sack (1986) sugere a existência de territorialidades flexíveis, que podem ser territórios cíclicos, que se apresentem periodicamente ou sazonalmente ou podem ser territórios móveis. Existem ainda, os territórios de baixa definição, onde ocorre a superposição de diferentes territórios em um mesmo espaço (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004).

Interligado ao conceito de território há o conceito de identidade das pessoas que constroem aquele território. O primeiro autor a conceituar identidade foi o alemão Hegel, no final do século XVIII, onde usou a noção de identidade para discutir a dimensão considerada ausente na sociedade alemã, a fraca unificação das cidades germânicas, apesar de configurar homogeneidade cultural, linguística e religiosa (PERICO, 2009).

Já nos Estados Unidos, um século mais tarde, Mead visualizava o inverso do contexto observado na Alemanha. Apesar de apresentar uma organização social, política, única e universal para toda a sociedade, faltava aos americanos a identidade cultural, linguística e religiosa. De acordo com Ruben (1986) ambos autores formularam conceitos de identidade enfatizando a unidade, a não-contradição, desta forma, como uma solução de ordem política.

Contemporaneamente o desenvolvimento da noção de identidade é oposta as clássicas formulações, privilegiando a multiplicidade e as diferenças. A identidade é entendida como produto dos processos históricos, processos de inserção da população, definindo suas características e a expressão destas nos espaços. A identidade como caráter que expressa os atributos, étnicos, culturais, econômicos ou políticos, apropriados pelas pessoas em seus espaços (PERICO, 2009).

De acordo com Stuart Hall (2003), a identidade não é algo inato do ser humano, que já exista na consciência no momento do nascimento, mas é formada ao longo do tempo, que se constrói através de processos inconscientes. A identidade como expressão de traços diferenciadores e peculiares da população pertencente a um espaço, torna-se

CHECHI, Leticia Andrea et al. ATIVOS TERRITORIAIS E DESENVOLVIMENTO: ESTUDO DA ARTICULAÇÃO PELA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DA ERVA-MATE NO POLO ERVATEIRO ALTO TAQUARI- RS. Revista Estratégia e Desenvolvimento, Santana do Livramento, v. 1, n. 1, p.16-34, jan. 2017. Semestral.

no referencial básico e estruturante, a essência que compõe o território. Além de caracterizar um território, a identidade orienta e ordena as estratégias de desenvolvimento.

Quando associada ao território, no contexto político institucional, a identidade expressa-se como territorialidade que denota o sentimento político, a energia social e a vontade coletiva, que resultam em sentimentos de afirmação de estratégias de desenvolvimento, como o sentimento nacionalista, patriótico, regionalista, amor pela terra, dentre outros (PERICO, 2009).

De acordo com Haesbaert (1999) a identidade é entendida inicialmente como referente às coisas e as pessoas, e depois como uma relação a partir de ideias de semelhança e de igualdade. A maioria dos autores não considera a ideia concreta de identidade, e tendem a caracterizá-la como unicamente restrita ao campo das representações, sendo então eminentemente simbólica. Assim, é importante se considerar a sua base material, e mais territorial, servindo de referencial para a construção de muitas identidades (HAESBAERT, 1997). Nesse sentido a identidade territorial pode ser compreendida a partir de múltiplos aspectos que se situam frente a um espaço simbólico, sendo dessa forma, social e historicamente construído. Esta é uma das características mais importantes da identidade territorial de acordo com Haesbaert (1999), a dimensão histórica.

3. ATIVOS TERRITORIAIS E DESENVOLVIMENTO

Os ativos e recursos territoriais estão relacionados à identidade territorial e ao desenvolvimento de uma região, segundo Dallabrida (2010). Para Pecqueur (2005), as estratégias de desenvolvimento apresentam como desafio a apropriação dos recursos específicos e a busca do que possa se constituir no potencial identificável de um território. Para isso, deve ocorrer um processo de especificação ou ativação dos recursos, ou seja, transformar os recursos em ativos específicos. Benko e Pecqueur (2001) entendem que ativo são os fatores em atividade, enquanto os recursos são os fatores a serem ainda explorados, constituindo-se em uma reserva, um potencial latente.

Os ativos e recursos específicos, de acordo com Pecqueur (2005), possibilitam um uso particular e o seu valor constitui-se em função das condições de seu uso. Desta forma, os recursos específicos merecem maior atenção, pois demonstram a importância dos produtos com identidade territorial para o desenvolvimento. De acordo com Benko e Pecqueur (2001) volta a ser discutida a noção de território nas análises econômicas, pois os territórios oferecem recursos específicos que diversificam os espaços e estabilizam as localizações das atividades econômicas. Os atores e a política local desempenham um papel importante na constituição e na gestão dos recursos que estão presentes no território.

As novas estratégias de desenvolvimento de sistemas produtivos estão emergindo territorialmente, como a diferenciação dos produtos. Eterná-los específicos é uma vantagem comparativa num contexto de globalização. Os territórios não estariam se especializando segundo a lógica do sistema comparativo, mas seria uma maneira de fugir das leis da concorrência quando elas tornam-se impossíveis de serem seguidas (PACQUEUR, 2005). Nesse sentido, as indicações geográficas são um modo de

diferenciação de produtos, onde são dotados de um selo por seu valor e identidade própria, característico do seu local de origem.

O modelo de desenvolvimento baseado no território, o desenvolvimento territorial, é dotado de características bem precisas que lhe são próprias e se apoiam, especialmente, na dinâmica de valorização dos recursos locais por um conjunto de atores de um território. A contribuição desse modelo de desenvolvimento reside na utilização na noção de proximidade, geográfica e institucional, para explicar as coordenações de atores. Na maioria das vezes esse modelo não se desenvolve espontaneamente, são necessárias ações de políticas públicas adequadas (PACQUEUR, 2005).

Neste contexto, Pacqueur (2005) propõe que um modelo de produção focado na dinâmica territorial, com a valorização dos recursos locais, deveria estar focado no que ele chama de modelo de qualidade, e não num modelo de produtividade, como é o mais comum de ocorrer. No modelo de produtividade desconsidera-se a identidade e a especificidade territorial. A indicação geográfica é mais do que agregação de valor a um produto no mercado, é a valorização da identidade local e características peculiares de um produto que são provenientes de sua origem.

A indicação geográfica é a atribuição de um selo de qualidade ao produto em função de sua qualidade, que é proveniente de fatores naturais ligados a sua origem, como clima, solo, altitude, temperatura, umidade, dentre outras, bem como fatores humanos e suas relações sociais, como o modo de produção e um saber fazer. Dessa forma, a indicação geográfica mostra-se importante, pois destaca as particularidades de produtos, criando um fator diferenciador para produto e território, que apresentam originalidade e características próprias (BRASIL, 2014). São produtores e/ou agentes das regiões que se organizam para valorizar as características presentes na região, mobilizando um direito de propriedade intelectual, que é a indicação geográfica. A IG permite preservar as características relacionadas à notoriedade e valorizá-las junto aos consumidores.

A noção de IG foi sendo desenvolvida gradativamente, quando produtores e consumidores passaram a perceber os sabores e qualidades peculiares de alguns produtos provenientes de determinados locais. Esses produtos não eram nem melhores, nem piores, mas apresentavam qualidades típicas, diferenciadas, jamais encontradas em produtos equivalentes de outros locais. Desta forma, começou-se a denominar os produtos, que apresentavam essa notoriedade, com o nome geográfico de sua procedência (BRASIL, 2014).

A Indicação Geográfica no Brasil consiste em dois estágios: a Indicação de Procedência e a Denominação de Origem. Enquanto a Indicação de Procedência faz referência a um território que se tornou conhecido pela produção, fabricação ou extração de determinado produto ou prestação de serviço, a Denominação de Origem deve comprovar qualidades ou características do produto, exclusiva ou essencialmente àquele meio geográfico específico, incluídos fatores naturais e humanos potencializados pelo território (SOUZA, 2010).

A legislação brasileira que regulamenta as Indicações Geográficas é relativamente recente, passando a vigorar a partir de 1996. O Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), a partir da Lei nº 9.279/1996, é o órgão responsável por estabelecer as condições de registros das Indicações Geográficas. No entanto, a partir de 2005, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento recebeu as atribuições

CHECHI, Leticia Andrea et al. ATIVOS TERRITORIAIS E DESENVOLVIMENTO: ESTUDO DA ARTICULAÇÃO PELA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DA ERVA-MATE NO POLO ERVATEIRO ALTO TAQUARI- RS. Revista Estratégia e Desenvolvimento, Santana do Livramento, v. 1, n. 1, p.16-34, jan. 2017. Semestral.

necessárias para fomentar, acompanhar, certificar e controlar os produtos das Indicações Geográficas (DALLABRIDA, 2010).

Pode-se citar vários exemplos de indicações geográficas, já consolidadas no mundo, como o *champagne*, vinhos (*Bordeaux*) e queijos franceses (*Rochefort, Comté, Cantal, Camembert*), vinho do Porto e queijo Serra da Estrela de Portugal, presunto Parma na Itália e presunto Pata Negra na Espanha, dentre outros. Aqui no Brasil cita-se, por exemplo, as DO's dos vinhos e espumantes dos Vale dos Vinhedos no Rio Grande do Sul, do café da região do Cerrado Mineiro, do arroz do Litoral Norte Gaúcho, como as IP's da cachaça de Paray (RJ), o café da Serra da Mantiqueira (MG), a carne do Pampa Gaúcho (INPI, 2014).

De acordo com Sodano (2001), os territórios desenvolvem competências que podem ser usadas para qualificar os produtos da região. Algumas características dos produtos regionais é que o seu processo de produção está ligado a uma característica geográfica, como solo, condições climáticas, e/ou matérias-primas agrícolas específicas; devem possuir um registro histórico significativo, ou seja, a existência do produto no passado; e ainda, que dispõe do valor cultural que possa facilmente ser associado a celebrações específicas ou aos hábitos locais.

A proximidade geográfica dos produtores favorece a confiança entre os agentes e a organização em torno de um território de concorrência-cooperação. A identidade territorial é mediadora e facilitadora das relações entre os agentes, construída pela ação coletiva com o compartilhamento de valores, hábitos, experiências históricas, identidade e pelas relações de confiança (PECQUEUR, 2005).

Estas características podem ser visualizadas na produção de erva-mate, principalmente no estado do Rio Grande do Sul, mas ocorrendo também em regiões específicas do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Como é abordado no decorrer deste texto, a produção da erva-mate ocorre em algumas regiões específicas, diretamente ligadas às características históricas e culturais destas regiões e é um alimentoⁱ de relativa importância para cultivar hábitos e saberes.

4 METODOLOGIA

Este trabalho constitui-se de um estudo qualitativo de natureza exploratória quanto aos fins; sendo documental, bibliográfica e observacional quanto aos meios utilizados. Os documentos utilizados para a pesquisa bibliográfica foram acessados através da consulta em livros, teses, dissertações, periódicos e sites de pesquisa, identificando e contemplando os principais autores que debatem sobre o tema de identidade, território, ativos territoriais e desenvolvimento.

Para um melhor embasamento da discussão, realizou-se em um primeiro momento uma pesquisa exploratória com dez informantes-chave do setor: representantes de associações e sindicatos, ervateiros e técnicos da Emater, através de um roteiro de questões semi-estruturadas, com objetivo de levantar informações atualizadas sobre o setor. Estes informantes foram selecionados através de uma amostragem não-probabilística chamada bola de neve (*snowball*). Nesse tipo de amostragem um sujeito selecionado de forma intencional ou de acordo com a conveniência do pesquisador, indica outro sujeito para integrar a amostra. A pesquisa CHECHI, Leticia Andrea et al. ATIVOS TERRITORIAIS E DESENVOLVIMENTO: ESTUDO DA ARTICULAÇÃO PELA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DA ERVA-MATE NO POLO ERVATEIRO ALTO TAQUARI- RS. Revista Estratégia e Desenvolvimento, Santana do Livramento, v. 1, n. 1, p.16-34, jan. 2017. Semestral.

exploratória possibilitou, além dos elementos levantados através dos informantes-chave, a visualização de peculiaridades do setor na região sul do Brasil através da observação empírica.

Em um segundo momento, com a pesquisa de campo, levantou-se informações através de roteiro-semiestruturado com cinco informantes qualificados e envolvidos no processo de indicação geográfica: representante do MAPA, representante de associação, produtor rural inserido em outra IG no Rio Grande do Sul (Produtor 1 – IG da Carne do Pampa) e dois produtores rurais inseridos no processo de IG da erva-mate no Alto Taquari (Produtor 2 e Produtor 3). Esses informantes foram selecionados a partir do contato inicial com representante do MAPA na área de fomento às indicações geográficas. Além destes dois momentos de levantamento de informações, destaca-se a participação dos autores do presente estudo em reuniões do IBRAMATE (Instituto Brasileiro da Erva-Mate), em Ilópolis/RS e Câmara Setorial da Erva-mate no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre/RS.

O tratamento das informações levantadas consistiu em análise de conteúdo, do tipo categorial, buscando identificar as categorias presentes na teoria utilizada e relacioná-la com outras fontes de evidência para validação dos resultados. Sobre os limites do método cita-se a utilização de uma amostra, que muitas vezes pode ser insuficiente para representar a realidade do setor, bem como a percepção dos produtores referente ao processo de indicação geográfica.

5 CONTEXTUALIZAÇÃO INICIAL SOBRE A ERVA-MATE

A erva-mate conhecida botanicamente como *Ilex paraguariensis* St. Hill foi nomeada pelo naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, no Museu de História Natural de Paris, no ano de 1822. Ocorre naturalmente no Brasil, Paraguai e Argentina, sendo mais de 80% do total situado no bioma brasileiro Mata Atlântica. No Brasil está presente nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul (SOUZA, 2002).

A erva-mate mostra sua importância em diversas dimensões. Socialmente, por estar presente em aproximadamente 180 mil propriedades rurais, sendo a maioria de pequenos produtores, congregando cerca de 600 empresas e 700 mil empregos no Brasil. As dimensões econômicas são fundamentadas na grande produção de erva-mate e seu potencial econômico, não somente como matéria-prima para indústria ervateira, mas para diversos outros produtos que vem ganhando o mercado; a questão ecológica também está presente nessa cadeia produtiva, pois grande parte da produção de erva-mate provém de ervas nativas, onde não aplicam-se defensivos ou produtos químicos (SILVA e CASSOL, 2003). Culturalmente, a erva-mate faz parte dos hábitos, principalmente dos gaúchos, sendo instituída por lei como árvore símbolo do Rio Grande do Sul e possuindo também uma semana de comemoração anual.

A produção de erva-mate é localizada em algumas regiões sendo fortemente marcada por questões territoriais, um recurso específico que diversifica os espaços onde ocorre e estabiliza as localizações das atividades econômicas (PACQUEUR, 2005). No estado gaúcho, as questões locais são relevantes, identificando-se seis polos ervateiros: Polo Ervateiro Planalto Missões, Polo Ervateiro Alto Uruguai, Polo Ervateiro Nordeste CHECHI, Leticia Andrea et al. ATIVOS TERRITORIAIS E DESENVOLVIMENTO: ESTUDO DA ARTICULAÇÃO PELA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DA ERVA-MATE NO POLO ERVATEIRO ALTO TAQUARI- RS. Revista Estratégia e Desenvolvimento, Santana do Livramento, v. 1, n. 1, p.16-34, jan. 2017. Semestral.

Gaúcho, Polo Ervateiro Alto Taquari, Polo Ervateiro Vale do Taquari, e o Polo Ervateiro Sul.

Essa produção localizada é resultado de características históricas da evolução dos ciclos econômicos no Estado do Rio Grande do Sul. A erradicação dos ervais nativos, que se faziam presentes em praticamente todo território gaúcho, se deu a partir da década de 1960, para dar espaço ao cultivo agrícola. Isso fez com que a erva-mate permanecesse em algumas regiões, principalmente naquelas com terreno mais acidentado. Assim, traçou-se um novo mapa da produção ervateira no estado, em polos, como estratégia de desenvolvimento de um sistema produtivo com base territorial (PACQUEUR, 2005). A criação dos polos foi formalizada com a criação e efetivação do Programa Florestal RS (Decreto Nº 47.175, de 14 de abril de 2010) e a formalização do “Projeto de revitalização dos polos ervateiros do Rio Grande do Sul” (UCHA; BELEDELI, 2012).

Como aborda Perico (2009) processos historicamente construídos definem a identidade e as características das populações inseridas nos espaços, e isso pode ser observado no caso da erva-mate no estado do Rio Grande do Sul, onde expressam-se identidades territoriais através de festas e rotas turísticas destinadas à divulgação da atividade, do produto, dos hábitos e da cultura daquele local. A Fenachim (Festa Nacional do Chimarrão), Turismate (Festa da erva-mate), Femate, (Festa Nacional da Erva-Mate), Fenamate (Feira Exposição Nacional da Erva-Mate), Rota da Erva-mate, Rota do Chimarrão, são exemplos de eventos tradicionais no estado, bem como as rotas turísticas, que resgatam a história da produção de erva-mate no estado. É importante destacar que a Turismate, a Femate e a Rota da Erva-mate ocorrem na região do Alto Taquari.

De maneira geral, estas regiões procuram desenvolver estratégias para divulgação de um produto potencial, do seu valor histórico e cultural, baseando-se em especificidades que só esses territórios possuem, procuram maneiras de agregar valor ao produto erva-mate. De acordo com Perico (2009) e Stuart Hall (2003) essa vontade coletiva é expressão da identidade, que além de caracterizar o território, resulta em sentimentos de afirmação que orientam as estratégias de desenvolvimento.

Estudos no Brasil sobre o potencial para o desenvolvimento territorial, a partir de produtos que possam estar associados a uma marca identitária, e que os diferencie de outras regiões devido às suas características geográficas, históricas e sócio culturais são recentes. Estes consideram que o desenvolvimento dos espaços territoriais está diretamente ligado às relações entre atores locais e capacidade de diferenciar seus produtos (ABRAMOVAY, 2003).

A Indicação Geográfica é uma das principais estratégias que articula os potenciais de desenvolvimento territorial à noção de identidade territorial. No Brasil, as Indicações geográficas são consideradas marcas territoriais que reconhecem os direitos coletivos referentes às características peculiares de um território (GURGEL, 2006). Essa estratégia de desenvolvimento territorial, além da valorização do produto local, pode vincular aos bens, serviços e produtos agroalimentares a possibilidade de inserção em mercados até então não explorados, melhorando sua competitividade, e assim, produzir conjuntura favorável ao desenvolvimento territorial (DALLABRIDA, 2010).

6. ARTICULAÇÃO PELA INDICAÇÃO DA ERVA-MATE NO POLO ERVATEIRO DO ALTO TAQUARI – RS

No Rio Grande do Sul, e mais especificadamente na região do Alto Taquari, a erva-mate é uma das principais riquezas naturais. Para exemplificar a expressividade da produção desta planta pode-se citar cidades como Ilópolis e Arvorezinha, onde a erva-mate é uma cultura importante, inclusive o nome da cidade, Ilópolis, está relacionado à planta (*Ilo*, do latim erva-mate; *Pólis*, do grego cidade). Outro fato que expressa a importância da produção de erva-mate em Ilópolis é que das 780 propriedades rurais do município, 775 cultivam erva-mate. Em Arvorezinha o panorama não é diferente, sendo a segunda maior produtora de erva-mate do Estado. Desta forma, como aborda Pecqueur (2005), existe um desafio em apropriar-se dos recursos específicos de uma região para delinear estratégias de desenvolvimento que possam constituir-se no potencial de um território.

Além dos municípios citados, existem outros na mesma região em que a erva-mate mostra-se como uma cultura importante. Devido a isso, existe uma mobilização regional em busca da Indicação Geográfica da erva-mate do Alto Taquari, envolvendo onze municípios: Anta Gorda, Arvorezinha, Coqueiro Baixo, Doutor Ricardo, Fontoura Xavier, Ilópolis, Itapuca, Nova Alvorada, Putinga, Relvado e São José do Herval. A iniciativa foi de alguns associados da Associação dos Amigos da Erva-mate do Alto Taquari (AA Erva-Mate) em conjunto com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), através da área de fomento às Indicações Geográficas. Essa associação foi fundada no ano de 1996, mas somente a partir do ano de 2009 iniciou-se a articulação em busca da Indicação Geográfica como forma de organização. Essa vontade coletiva, expressão da identidade de acordo com Perico (2009), pode ser compreendida a partir de múltiplos aspectos sociais e historicamente construídos (HAESBAERT, 2004; 2007).

Optou-se em manter a associação já existente para valorizar o trabalho já realizado localmente. Hoje a associação possui 130 associados, integrando produtores, viveiristas, ervateiros e extensionistas da Emater, mas observa-se ainda pouco envolvimento da cadeia produtiva como um todo no processo da IG. Embora muitos reconheçam a indicação geográfica como uma forma de organização da cadeia produtiva, especialmente por conhecer regiões que se desenvolveram com este selo, como o Vale dos Vinhedos, existe um “comodismo” por parte de produtores e industriais e falta de engajamento do poder público. Pois “o querer” a IG de forma coletiva é o fator determinante para conseguir esta distinção e deve partir do interesse de toda região. Na maioria das vezes, como menciona Protas (2012), a dificuldade inerente à obtenção das indicações geográficas está relacionada ao próprio envolvimento dos associados, pois não depende de um indivíduo, mas do envolvimento de toda cadeia produtiva e da região delimitada como Indicação Geográfica.

Na literatura disponível fica claro que indicação geográfica não se cria, se reconhece. Pois decorre de uma situação já existente, onde a região se consagra pela notoriedade alcançada por seu(s) produto(s), ou então, por estes possuírem características diferenciadas, únicas, vinculadas por fatores humanos e ambientais específicos da região produtora (INPI, 2015; ROCHA, 2009; FLORES, FERRONATTO, in prelo). Além disso, requer disposição em estabelecer e obedecer regramentos coletivos, CHECHI, Leticia Andrea et al. ATIVOS TERRITORIAIS E DESENVOLVIMENTO: ESTUDO DA ARTICULAÇÃO PELA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DA ERVA-MATE NO POLO ERVATEIRO ALTO TAQUARI- RS. Revista Estratégia e Desenvolvimento, Santana do Livramento, v. 1, n. 1, p.16-34, jan. 2017. Semestral.

como rastreabilidade e qualidade, para garantir a fidelização do consumidor e um fornecimento constante ao mercado.

Quadro 1 – Cronologia das ações de articulação para obtenção da Indicação Geográfica na região do Alto Taquari.

	Data	Ação	Entidades envolvidas
	2009	Audiência pública para incluir a erva-mate no programa Mais Alimentos. Foi a primeira ação conjunta dos produtores de erva-mate da região do Alto Taquari.	Emater, AA Erva-Mate, Poder Público Municipal, Estadual e MAPA
	2010	Reunião com os ervateiros do Alto Taquari visando o registro das matrizes de erva-mate da região.	AA Erva-Mate, Emater
	2012	Reunião para esclarecer dúvidas sobre conceitos, registro de uma Indicação Geográfica e sobre a relação entre registro de cultivar e Indicação Geográfica. Ainda, propor a realização de um seminário, promovido pelo DPDAG ⁱⁱ /MAPA sobre indicação geográfica para março de 2013 (Arvorezinha – RS).	AA Erva-Mate, DPDAG/MAPA
	2013	Seminário sobre Indicação Geográfica da erva- mate da região do Alto Taquari: pontos críticos, pesquisas, políticas públicas e ações para o fortalecimento da cadeia produtiva (Ilópolis – RS).	AA Erva-Mate, DPDAG/MAPA, SEAPA ⁱⁱⁱ . Câmara Setorial da Erva-Mate
	2014	Reunião sobre Indicação Geográfica e Marcas Coletivas para discussão e esclarecimentos de dúvidas sobre o a organização de uma Indicação Geográfica ou Marca Coletiva; conscientização e sensibilização sobre os conceitos e importância dos signos distintivos para agregar valor à erva-mate; visita técnica; reflexão sobre o estágio de amadurecimento da cadeia produtiva da erva-mate na região do Alto Taquari (Putinga – RS).	AA Erva-Mate, DPDAG/MAPA, Sindimate, Poder executivo e legislativo municipal, Ibramate

Fonte: Elaborado pelos autores (2016).

Inicialmente, para obtenção de uma IG, é necessária a mobilização regional através de assembleias, seminários, palestras, formalização de convênios, dentre outras ações. Esses foram passos seguidos pela AA Erva-Mate na região do Alto Taquari juntamente com o MAPA e demais parceiros. O processo iniciou em 2009 e encontra-se no estágio de pesquisa, registro de cultivares e reflexão sobre o amadurecimento da cadeia produtiva para obtenção da Indicação Geográfica, como pode ser observado no Quadro 1.

Como pode ser observado está ocorrendo uma mobilização do setor, que promove em parceria com as diversas entidades, eventos como seminários, palestras e reuniões. Isso demonstra que a erva-mate é visualizada pelos agentes locais como um produto potencial para o desenvolvimento da região. Desta forma, a organização é necessária para dar continuidade ao processo de Indicação Geográfica e Registro de Proteção de Cultivares de matrizes desenvolvidas na região. É importante destacar que a articulação que se inicia no ano de 2009 chega a um estágio em que procura “refletir” o amadurecimento da cadeia produtiva para obtenção da Indicação Geográfica.

Todas essas evidências permitem inferir que a mobilização em prol da Indicação Geográfica está sendo positiva para o setor, podendo inclusive incitar melhor organização e cooperação para desenvolvimento da cadeia produtiva da erva-mate e da região. De acordo com Pacqueur (2005) a indicação geográfica seria uma estratégia de desenvolvimento de um sistema produtivo que emerge territorialmente, mais do que agregação de valor a um produto no mercado, é a valorização da identidade e características peculiares do local.

6.1 Uma análise sobre o processo de Indicação Geográfica e a percepção do produtor

O processo de mobilização em busca de uma indicação geográfica no Alto Taquari é a expressão de uma vontade coletiva, considerando três elementos principais: a produção de erva-mate; a história da região; e a cultura local. A IG é a expressão da dinâmica de valorização de um ativo, um recurso local por um conjunto de atores do território (PECQUEUR, 2005). Neste sentido surgem algumas questões em torno da indicação geográfica, ou seja, sobre as características determinantes para sua obtenção: são as características históricas, culturais e simbólicas as mais importantes no processo ou são as relações econômicas e produtivas? Como não apropriar-se de valores e cultura do território para uma produção voltada ao mercado e para nichos específicos? Ou então, são ambas características consideradas da mesma forma, ocorrendo uma sobreposição?

Neste contexto, a partir das contribuições do geógrafo Rogério Haesbaert (2004; 2007) pressupõe-se que no Alto Taquari ocorre a sobreposição de dois tipos de territórios, o território simbólico-cultural e o território funcional, sendo as características consideradas descritas no Quadro 2. O território simbólico-cultural é caracterizado pela representatividade da erva-mate e do chimarrão para as pessoas na região, relacionado aos aspectos históricos e culturais, sendo perpetuado através dos hábitos dos atores naquele território.

Quadro 2 – Classificação dos territórios simbólico-cultural e funcional da erva-mate no Alto Taquari e as suas características.

CHECHI, Leticia Andrea et al. ATIVOS TERRITORIAIS E DESENVOLVIMENTO: ESTUDO DA ARTICULAÇÃO PELA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DA ERVA-MATE NO POLO ERVATEIRO ALTO TAQUARI- RS. Revista Estratégia e Desenvolvimento, Santana do Livramento, v. 1, n. 1, p.16-34, jan. 2017. Semestral.

Território simbólico-cultural	Território funcional
O nome da cidade relacionado à erva-mate	A presença do cultivo erva-mate em grande parte das propriedades
Festas e rotas turísticas	A utilização da erva-mate como moeda de troca na região
Produção artesanal e conhecimento repassado através de gerações	A produção de aproximadamente 50% da erva-mate no estado
Paisagem e o plantio de erva-mate nos canteiros da cidade	Fonte de renda para agricultores familiares
A importância do chimarrão na cultura local	Aglomerado de ervateiras
Indicação Geográfica da Erva-mate	

Fonte: Elaborado pelos autores (2015).

Como já mencionado neste trabalho o nome da cidade de Ilópolis é relacionado a erva-mate, o que demonstra a importância dessa planta desde a concepção do próprio município. O simbolismo da planta na região é também representado pela arborização da cidade, onde a erva-mate se faz presente, inclusive nos canteiros das ruas. Além disso, as festas e rotas turísticas regionais, promovidas pelas entidades locais e setor público, divulgam essa potencialidade local, bem como o “saber fazer”, conhecimento repassado através de gerações na região.

O território funcional caracteriza-se pelo desenvolvimento de relações econômicas e produtivas na aglomeração produtiva do Alto Taquari, onde existe a mobilização em busca do desenvolvimento do setor ervateiro. O cultivo da erva-mate se faz presente em grande parte das propriedades dos municípios dessa região, principalmente na agricultura familiar, sendo uma importante fonte de renda para esses agricultores. Em Ilópolis, somente cinco das propriedades rurais do município não cultivam erva-mate. A importância do cultivo da planta na região se reflete nos números estaduais, com grande representatividade em número de ervateiras, sendo responsável por aproximadamente 50% da produção estadual de erva-mate.

O resultado da sobreposição dos dois territórios na região é a busca da diferenciação do produto erva-mate, a Indicação Geográfica, utilizando-se da potencialidade das características e peculiaridades territoriais, e da interação dos atores como propulsora do desenvolvimento territorial. Conceitualmente como é entendida, seria mais que agregação de valor a um produto no mercado, mas também a valorização da identidade local (PECQUEUR, 2005). Mas como são consideradas e valorizadas as características culturais e históricas do local no processo de IG?

Os produtores (um pecuarista - produtor 1 e os ervateiros - produtores 2 e 3 envolvidos no processo de IG) quando questionados sobre as características determinantes para delimitação geográfica de um território para obtenção da indicação geográfica, destacaram principalmente as condições edafoclimáticas da região, sendo que somente um deles cita a identidade em sua resposta após justificar a importância das questões ambientais do local: “*E se nesse contexto ainda existir a possibilidade de se organizar a produção com uma identidade aí pode-se agregar ainda mais valor a cadeia como um todo*” (Produtor 1).

Complementar a isso, dois produtores (Produtores 1 e 2) mencionam que não acreditam que as questões relacionadas a identidade/cultura/história são determinantes para que se obtenha uma indicação geográfica, e que estas questões seriam importantes

para “dar corpo” a uma estratégia de divulgação, inclusive para integração de outros produtores, como menciona: “a IG deve compor todos estes fatores de ecossistema da região e a partir daí ter as pessoas envolvidas dentro deste contexto. A tradição, cultura...devem ser encaixadas mais no sentido de divulgação (marketing)” (Produtor 1). Para o produtor 2 o sucesso da IG é “acompanhar a evolução, exigência do consumidor, respeitando todos os passos que já foram passados, de processo de transformação do produto”. O produtor 3 apresenta uma opinião diferenciada dos anteriores, destacando a importância da questão histórica e cultural local para obtenção da indicação geográfica: “com certeza a cultura é determinante, pois isso vem passando de geração para geração e essa é a verdadeira essência do mate”.

Sobre a inclusão de produtores no processo de IG o Produtor 1 relata a dificuldade de trabalhar a importância do que se pretende com a IG. Ressalta que os aspectos relacionados ao associativismo e seus fundamentos não são entendidos e que não deve-se pensar somente “no que vou ganhar”.

“deve se construir uma base muito mais sólida e com mais produtores para daí sim se juntarem dentro de um mesmo contexto de trabalho”[...] a associação vem depois da etapa que produtores estejam consolidados dentro de ideias e de benefícios para a região”.

Já o produtor 2 não apresenta a mesma percepção, dando grande importância ao benefício econômico resultante da IG, pois visualiza somente a necessidade da produção própria oriunda dentro da região determinada, cumprir a legislação e a visualização de “vantagens claras na agregação de valor no produto”. Para o produtor 3 a dificuldade reside em encontrar produtor que “esteja disposto a manejar sua propriedade conforme as exigências impostas” pela IG. Quando questionado sobre a compatibilidade da inovação tecnológica e a tradição, o produtor 1 diz que prevalece a questão produtiva.

“São compatíveis sim...mas não são comuns. Sempre que a tradição é muito forte muitos conceitos de tecnologia aplicada a técnica se perdem. Pela simples justificativa de que se faz da mesma forma há gerações. Isso não tem sustentabilidade técnica. O que manda hoje em dia é produtividade, produção por área, e mais importante ainda é a rentabilidade desse negócio”.

Isso confronta ao que Pacqueur (2005) conceitua como desenvolvimento territorial, processo este que deve ter como foco um modelo de qualidade e não um modelo de produtividade. Verifica-se ainda um conflito da concepção do processo de indicação geográfica que valoriza o saber fazer, a cultura e a história, e a percepção do produtor, que considera não haver “sustentabilidade técnica” no modo tradicional de produção, e considerar que o que “manda” é a produtividade e a “rentabilidade” do negócio. O produtor 3 é “favorável” a inovação tecnológica no processo de industrialização da erva-mate, enquanto que na colheita essa inovação poderia “descaracterizar o produto”.

Deixa-se claro que essa é a percepção de poucos produtores, e que isso não pode ser generalizado para todos os envolvidos nos processos de indicação geográfica no setor. Entretanto, fica evidente que trata-se de objeto de pesquisa relevante e que precisa de CHECHI, Leticia Andrea et al. ATIVOS TERRITORIAIS E DESENVOLVIMENTO: ESTUDO DA ARTICULAÇÃO PELA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DA ERVA-MATE NO POLO ERVATEIRO ALTO TAQUARI- RS. Revista Estratégia e Desenvolvimento, Santana do Livramento, v. 1, n. 1, p.16-34, jan. 2017. Semestral.

mais estudos. A partir dessa discussão pode-se questionar se não está havendo um direcionamento maior ao território funcional proposto por Hasbaert (2004; 2007) nos processos de indicação geográfica no Brasil, focando-se nas relações econômicas e produtivas da região, levando os produtores a considerarem somente os aspectos de agregação de valor ao produto. Se é necessário ter produtividade, esse processo também não estaria excluindo produtores que fazem parte da história e cultura local e que mantiveram a produção de determinado produto por gerações, mas que não tem produtividade suficiente e condições de se adequar as normas impostas? Como estão sendo considerados os fatores humanos e suas relações sociais nesse processo?

A obtenção do selo de Indicação Geográfica da erva-mate produzida no Alto Taquari poderá dinamizar o desenvolvimento da região, estimulando os produtores e ervateiros. Entretanto isso ainda é percebido com “*desconfiança*” pelos elos da cadeia produtiva da erva-mate, como menciona o produtor 2. O mesmo produtor ainda acrescenta que “*tudo que é novo gera desconfiança*”, mas que é preciso a mobilização de todos para que o selo seja obtido. Para que isso ocorra é necessário um amadurecimento do setor e da própria concepção do que é uma indicação geográfica, e neste caso, isso é válido para as demais cadeias, não somente para o caso da erva-mate. Além de reconhecer o sabor da erva-mate produzida na região do Alto Taquari, a obtenção deste selo deve representar reconhecimento da importância histórica, cultural, social e ecológica da erva-mate para a região, bem como o conhecimento acumulado de atores locais que levam o cultivo da erva-mate de geração após geração.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste trabalho pode-se concluir que o processo de indicação geográfica na região estudada, além de recente, é ainda incipiente, estando em um processo de amadurecimento por parte dos agentes envolvidos. Torna-se fundamental, portanto, o desenvolvimento de políticas públicas que permitam um maior acompanhamento dos produtores e demais envolvidos no processo, para que a indicação geográfica seja um benefício para o território como um todo.

O papel do poder público é atuar no esclarecimento de conceitos fundamentais, tais como território, identidade e desenvolvimento territorial e que ainda estão pouco presentes nos documentos sobre a IG. São conceitos mencionados pelos atores territoriais como exemplos para reconhecer as formas de valorização das potencialidades e dos conhecimentos locais, mas pouco esclarecidos aos produtores e envolvidos no âmbito dos processos de obtenção das Indicações Geográficas,

A erva-mate na região do Alto Taquari como produto potencial, aliado à sua história e cultura, incita a mobilização regional que envolve 11 municípios em busca da Indicação Geográfica da erva-mate. Essa mobilização pode ser entendida como uma inovação organizacional para o setor ervateiro, que encontra-se em um estágio de reflexão e amadurecimento sobre a obtenção do selo. Mudanças estas que estão ocorrendo nos ambientes institucional e organizacional da cadeia produtiva e que poderão contribuir para minimizar os problemas setoriais, tendo como base a cooperação entre os atores presentes no território. Nesse sentido, sugere-se estudos futuros sobre a

influência do processo de IG na governança e coordenação dos relacionamentos na cadeia produtiva da erva-mate.

A sobreposição dos dois territórios classificados por Haesbaert na região do Alto Taquari, o território simbólico-cultural relacionado à identidade, cultura e hábito do coletivo naquela região, e o território funcional, onde ocorrem as relações econômicas e produtivas, é uma pressuposição inicial e poderá ser verificada com maior detalhamento em trabalhos posteriores. Busca-se com essa conjectura estimular a análise crítica acerca dos processos de indicação geográfica, procurando esclarecer como isso está ocorrendo e qual é a percepção dos envolvidos acerca da obtenção do selo.

A partir da realização deste trabalho observou-se que existe carência de pesquisas sobre os processos de indicação geográfica no Brasil. São necessários outros estudos sobre os processos de indicação geográfica, bem como sobre a obtenção do selo na região do Alto Taquari como propulsor do desenvolvimento territorial e reconhecimento das particularidades históricas, culturais, da identidade e conhecimento dos atores locais.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 31-50. jul./dez./2001.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Curso de propriedade intelectual & inovação no agronegócio: Módulo II, indicação geográfica**. Organização Luiz Otávio Pimentel – 4ª ed. Florianópolis: FUNJAB.415 p.2014.

DALLABRIDA, V. R. Identidade territorial e indicação geográfica como fatores propulsores do desenvolvimento sustentável: o caso da erva-mate no Planalto Norte Catarinense e Centro Sul do Paraná (Brasil). SEMINARIO INTERNACIONAL DESARROLLO TERRITORIAL Y EMPLEO. **Anais...** Santa Cruz de la Sierra (BO), 2010.

DICKSON, P. R.; GINTER, J. L. Market segmentation, product differentiation, and marketing strategy. **The Journal of Marketing**. v. 51, n.2, p. 1-10, Apr. 1987.

FERRONATO, E.M.O. A importância dos fatores naturais e humanos na qualificação das denominações de origem. In: **Indicação geográfica, signos coletivos e desenvolvimento**. org. Adriana Carvalho Pinto Vieira e Kelly Lissandra Bruch. São Paulo, IPBI. Prelo.

GURGEL, V. Aspectos jurídicos da indicação geográfica. In: LAGARES, L.; LAGES, V.; BRAGA, C. (Orgs). **Valorização de produtos com diferencial de qualidade e**

CHECHI, Leticia Andrea et al. ATIVOS TERRITORIAIS E DESENVOLVIMENTO: ESTUDO DA ARTICULAÇÃO PELA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DA ERVA-MATE NO POLO ERVATEIRO ALTO TAQUARI- RS. Revista Estratégia e Desenvolvimento, Santana do Livramento, v. 1, n. 1, p.16-34, jan. 2017. Semestral.

identidade: Indicações Geográficas e certificações para competitividade nos negócios. Brasília: SEBRAE, 2006.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste.** Niterói: EDUFF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. **Região, diversidade territorial e globalização.** Niterói: DEGEO/UFF, 1999.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos.** Niterói: EDUFF, 2002.

HAESBAERT, R. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S. SAQUET, M. A. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens.** Francisco Beltrão: Unioeste. p. 87-119. 2004.

HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia.** Rio de Janeiro, ano 11, n. 17, p. 19-44, mar. 2007.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos Territórios à Multiterritorialidade.** In: Heidrich, Álvaro et al. (Org.). A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço. 1ª ed. Porto Alegre (RS): Editora da ULBRA e Editora da UFRGS, p. 19-36. 2008.

HAESBAERT, R. **Dilemas de conceitos: espaço-território e contenção territorial.** In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.) território e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1ª ed. São Paulo; Expressão Popular, p. 95-120. 2009.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: UFMG, 2003.

INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL – INPI. **IG’s nacionais registradas.** Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/images/docs/lista_com_as_indicacoes_geograficas_concedidas_-_10-03-2015.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2014.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. In: **Raízes**, Florianópolis, v. 24, n.1-2, p. 10-22, 2005.

PERICO, R. E. **Identidade e território no Brasil.** Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 209p. 2009.

PORTER, M. **Vantagem Competitiva: criando e sustentando um desempenho superior.** Rio de Janeiro: Campus, 1990.

CHECHI, Leticia Andrea et al. ATIVOS TERRITORIAIS E DESENVOLVIMENTO: ESTUDO DA ARTICULAÇÃO PELA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DA ERVA-MATE NO POLO ERVATEIRO ALTO TAQUARI- RS. Revista Estratégia e Desenvolvimento, Santana do Livramento, v. 1, n. 1, p.16-34, jan. 2017. Semestral.

PROTAS, J. F. da Silva. **A marca coletiva como estratégia organizacional: o caso dos vinhos vindos de altitude de Santa Catarina.** Documentos/Embrapa Uva e Vinho, ISSN 1808-4648; doc 77. Bento Gonçalves, RS. 19p. 2012.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, S. A. **Indicações geográficas brasileiras: Brazilian geographical indications: indicaciones geográficas brasilenhas/** coordenação Hulda Oliveira Geisbrecht. Brasília. 164 p. 2011.

SACK, R. D. **Human territoriality: its theory and history.** Cambridge: Cambridge University, 1986.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. G. P. Território e a abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes: Revista de Ciências Sociais.** Campina Grande/Paraíba, v. 23, nº 01 e 02, p. 99-117, jan-dez 2004.

SAQUET, M. A. **Por uma abordagem territorial.** In SAQUET, M. A; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.) Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1ª ed. São Paulo; Expressão Popular, p. 73-94. 2009.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território.** 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILVA, C. A., CASSOL, R. A utilização do geoprocessamento na quantificação econômica do extrativismo da erva-mate no município de Erechim. In Perspectiva/Universidade Regional Integrada, Campus Erechim. **Revista Perspectivas.** Erechim, v. 27, nº 97, p. 65-273, março de 2003.

SILVA FERREIRA, D. da. Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência geográfica. **Campo- Território: revista de geografia agrária.** v. 9, nº 17, p. 111-135, abr. 2014.

SMITH, Wendell. Product Differentiation and Market Segmentation as Alternative Marketing Strategies. **Journal of Marketing**, 21 (July), 3-8, 1956.

SODANO, V. Competitiveness of regional products in the international food market. **77th EAAE Seminar**, Helsinki, 2001.

SOUZA, A. M. Arranjo produtivo local e Indicação Geográfica: possibilidades para a cadeia produtiva do mate no Planalto Norte Catarinense. In: **SOBER - 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Campo Grande, 2010.

CHECHI, Leticia Andrea et al. ATIVOS TERRITORIAIS E DESENVOLVIMENTO: ESTUDO DA ARTICULAÇÃO PELA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DA ERVA-MATE NO POLO ERVATEIRO ALTO TAQUARI- RS. *Revista Estratégia e Desenvolvimento, Santana do Livramento*, v. 1, n. 1, p.16-34, jan. 2017. Semestral.

SOUZA, J. L. de. **Os hábitos de consumo de erva-mate para chimarrão no município de Erechim.** 2002. 91p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

SOUZA, E. A.; PEDON, N. R. **Território e Identidade.** Associação dos Geógrafos Brasileiros, Três Lagoas, ano 4, v. 1, n. 6, p. 126-148, nov. 2007.

UCHA, D.; BELEDELI, M. **Sindimate – RS: 70 anos.** 1ª ed., Editora Palomas. Porto Alegre, 2012.

ⁱ A erva-mate é considerada um alimento, pois apresenta em sua composição alcaloides, ácido fólico, vitaminas, sais minerais, proteínas, dentre outros elementos, o que confere a ela propriedades antioxidantes.

ⁱⁱ Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário.

ⁱⁱⁱ Secretaria da Agricultura e Pecuária.